

No quadro da realização da SEMANA DA IGUALDADE entre 7 e 11 de Março de 2022, sob o lema *A Igualdade tem de existir | para o país evoluir!* a COMISSÃO PARA A IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS – CIMH/CGTP-IN divulga vários ESTUDOS TEMÁTICOS sobre a situação da mulher no trabalho, durante este mês de Março.

Já publicados:

ESTUDO 1 – Pobreza no feminino

ESTUDO 2 – Protecção social e Desemprego

ESTUDO 3 – Habitação e custo de vida

ESTUDO 4 – Emprego, desemprego e salários das mulheres

ESTUDO TEMÁTICO 5

NATALIDADE, FECUNDIDADE E GOZO DE LICENÇAS PARENTAIS

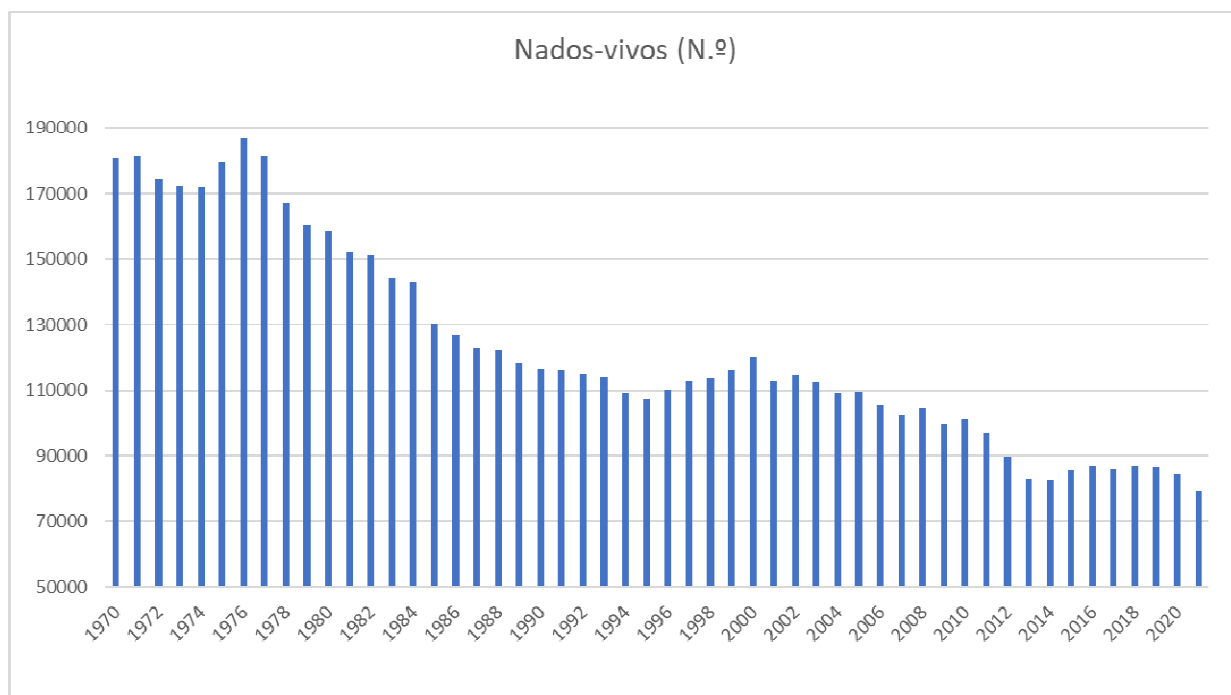
A natalidade e a fecundidade estão a diminuir no nosso país há várias décadas.

Há factores sociológicos que explicam essa redução ou o seu adiamento, nomeadamente, as alterações nas expectativas de vida - designadamente das mulheres relativamente ao seu papel na sociedade - a maior participação das mulheres no emprego, o prolongamento dos estudos, um maior controlo da fecundidade por via do planeamento familiar, a redução da maternidade precoce, correspondendo a ganhos civilizacionais. O direito a estudar e a realizar-se profissionalmente - o que toca em particular as mulheres - bem como a escolher quando, ou se, se quer ser mãe ou pai, são de valorizar.

Mas também há condicionantes económicas e laborais, como o ter ou não emprego, a estabilidade dos vínculos, os salários auferidos, a organização e o tempo de trabalho, o acesso à habitação, entre outros factores, que levam a que a fecundidade desejada não seja muitas vezes concretizada ou que seja adiada, o que tem reflexos na natalidade. Para a queda da natalidade concorre **também a emigração**, que ocorre sobretudo entre os mais jovens e que radica nas mesmas causas que levam à diminuição da fecundidade.

Desde os anos 70 do século passado, com excepção dos dois anos que se seguiram à Revolução de Abril e da segunda metade dos anos 90, quase não houve crescimento da natalidade e, quando houve, não se retomaram os níveis anteriormente observados.

No período mais recente assistiu-se a uma queda expressiva dos nascimentos entre 2011 e 2014, consequência da política de empobrecimento levada a cabo pelo Governo PSD/CDS, alguma recuperação em 2015, 2016 e 2018 e nova descida nestes três últimos anos, dois deles vividos em tempo de pandemia da Covid-19. **Em 2020 a diminuição foi de 2,5% face ao ano anterior e em 2021 de 5,9%, ficando os nascimentos pela primeira vez abaixo dos 80 mil.**



Fonte: INE, Nados-vivos. 2021: Estatísticas Vitais – Dados mensais, Janeiro 2022; dados preliminares.

Fecundidade abaixo do desejado

A fecundidade realizada (número de filhos efectivamente tidos) tem ficado sistematicamente abaixo da fecundidade desejada (número de filhos biológicos desejados ao longo da vida), mas se fosse concretizada asseguraria a substituição de gerações necessária para não haver decréscimo natural da população.

De acordo com o Inquérito à Fecundidade 2019, do INE, o número médio de filhos efectivamente tidos por mulheres e homens foi de 0,86, bastante inferior ao número médio de filhos desejados (2,15), número esse que é semelhante ao necessário para a substituição das gerações (2,1). O mesmo tinha sucedido no inquérito anterior, de 2013, se bem que os valores dos dois primeiros indicadores tenham sido um pouco superiores.

Também o número de filhos considerado ideal para uma família é superior ao valor de substituição das gerações.

Mais de metade das mulheres dos 40-49 anos (51,3%) e dos homens do mesmo grupo etário (54,7%) desejavam ter mais filhos do que os efectivamente tidos.

Nas razões para ter ou não filhos, bem como para não ter mais filhos, pesam razões de ordem pessoal (vontade, o projecto de vida e a relação no casal) mas também material (razões financeiras, estabilidade profissional e condições de habitação).

Entre as mulheres sem filhos mas que pretendiam ter, os três motivos apontados como muito importantes foram a vontade da própria (68,2%), a vontade do cônjuge ou companheiro (62,6%) e os motivos financeiros (56,5%).

Refira-se que as condições de habitação foram referidas em 51% das respostas e a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional em 40,6%. A vontade pessoal conjuga-se assim com a existência de condições materiais.

Mulheres (18-49 anos) sem filhos e que pretendiam ter filhos

Motivos	%
Vontade da/o própria/o	68,2
Vontade da/o cônjuge/companheira/o	62,6
Motivos financeiros	56,5
Ter uma/um cônjuge/companheira/o ou ter a/o cônjuge/companheira/o com perfil certo	55,6
Condições de habitação	51,0
Fazer parte do projecto de vida	49,9
Ter rede de apoio familiar	49,6
Motivos relacionados com a estabilidade/progressão profissional da/o própria/o e/ou da/o cônjuge/companheira/o	47,2
Motivos de saúde da/o própria/o e/ou da/o cônjuge/companheira/o	46,7
Motivos relacionados com a conciliação entre vida familiar e vida profissional	40,6
Sente-se preparada/o para passar pela gravidez/parto	38,2
Fortalecer a relação do casal	27,4
Motivos relacionados com a idade da/o própria/o e/ou da/o cônjuge/companheira/o	13,6

Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade 2019

Quanto às mulheres sem filhos e que não pretendiam ter, as três razões apontadas como muito importantes foram a vontade (59,2%), não fazer parte do projecto de vida (43,5%) e não se sentirem preparadas para nova gravidez/parto (32,6%). Os motivos de ordem material foram também apontados como muito importantes em mais de 1/5 das respostas: motivos relacionados com o emprego (22,6%), meios financeiros (20,8%) e conciliação entre a vida familiar e a vida profissional (20,7%).

Verifica-se também o adiamento da maternidade o que, se for muito prolongado, pode inviabilizar a intenção de ter mais filhos. A idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho era de 23,6 anos em 1980, tendo aumentado para 30,5 anos em 2019.

Parte significativa das mulheres e dos homens com filhos (45,1% e 58,5%, respectivamente) tiveram o primeiro filho mais tarde do que desejavam. O adiamento foi de pelo menos 5 anos para 36,0% de mulheres e 47,7% de homens. **Os motivos relacionados com a estabilidade financeira e no emprego e as condições da habitação foram os mais apontados para o adiamento da maternidade pelas mulheres que tiveram o primeiro filho mais tarde do que desejavam.**

A grande maioria dos inquiridos (cerca de 90% no caso das mulheres) considerou que devem existir incentivos à natalidade, sendo o alargamento da rede e o acesso a creches, jardins-de-infância e ATL a opção que teve mais respostas. Foram também consideradas nas mais importantes: a flexibilidade dos horários de trabalho para mães e pais com filhos pequenos, a atribuição de incentivos fiscais às entidades empregadoras com práticas de gestão que apoiem trabalhadores com filhos, a redução de impostos para as famílias com filhos e o aumento dos subsídios relacionados com educação, saúde, habitação e alimentação dos agregados com filhos.

Nota-se, contudo, que em 2019 não foram incluídas no Inquérito à Fecundidade perguntas sobre salários, estar empregado ou ter emprego estável, redução do tempo de trabalho e habitação, ao contrário do que sucedeu no inquérito de 2013 relativamente a algumas destas questões.

Nesse ano, ter emprego e rendimentos foram questões referidas como muito importantes.

Licenças parentais

No que diz respeito às licenças parentais, verifica-se uma progressiva utilização pelos pais trabalhadores face ao número de crianças nascidas e às licenças gozadas pelas mães. No entanto, ainda há margem de progressão como se pode ver no quadro e gráfico seguinte, nomeadamente na partilha da licença de 120/150 dias (**onde menos de 45% dos pais partilharam a licença face ao total de licenças usadas pelas mães**).

O número de homens que receberam *subsídio por licença parental obrigatória de uso exclusivo do pai* aumentou entre 2009 e 2020, tal como a sua percentagem face ao número de licenças de mulheres, passando de 62,6% para 73,7%. No entanto, verificou-se uma diminuição de 3,7 pontos percentuais (p.p.) entre 2019 e 2020, ano em que a percentagem foi de 73,7%.

A mesma conclusão se tira quando se compara o número de homens que receberam este subsídio com o total de crianças nascidas (72,1% em 2020 face a 53,6% em 2009, registando-se em 2020 uma ligeira diminuição).

Houve também uma subida do número e da percentagem de homens que receberam *subsídio por licença parental facultativa de uso exclusivo do pai* em relação ao número de licenças de mulheres, passando de 52,2% em 2009 para 68,7% em 2020, ainda que tenha diminuído 3,3 p.p. entre 2019 e 2020.

O maior crescimento do número de homens a usufruir de licenças de parentalidade verificou-se que **na partilha da licença de 120/150 dias**, tendo a percentagem em relação à licença das mulheres passado de 10,1% em 2009 para 44,8% em 2020, verificando-se percentagens semelhantes em relação ao número de licenças nascidas. Esta percentagem contrasta com os quase 98% atingidos pelas mulheres face ao número de crianças nascidas atingidos em 2020¹.

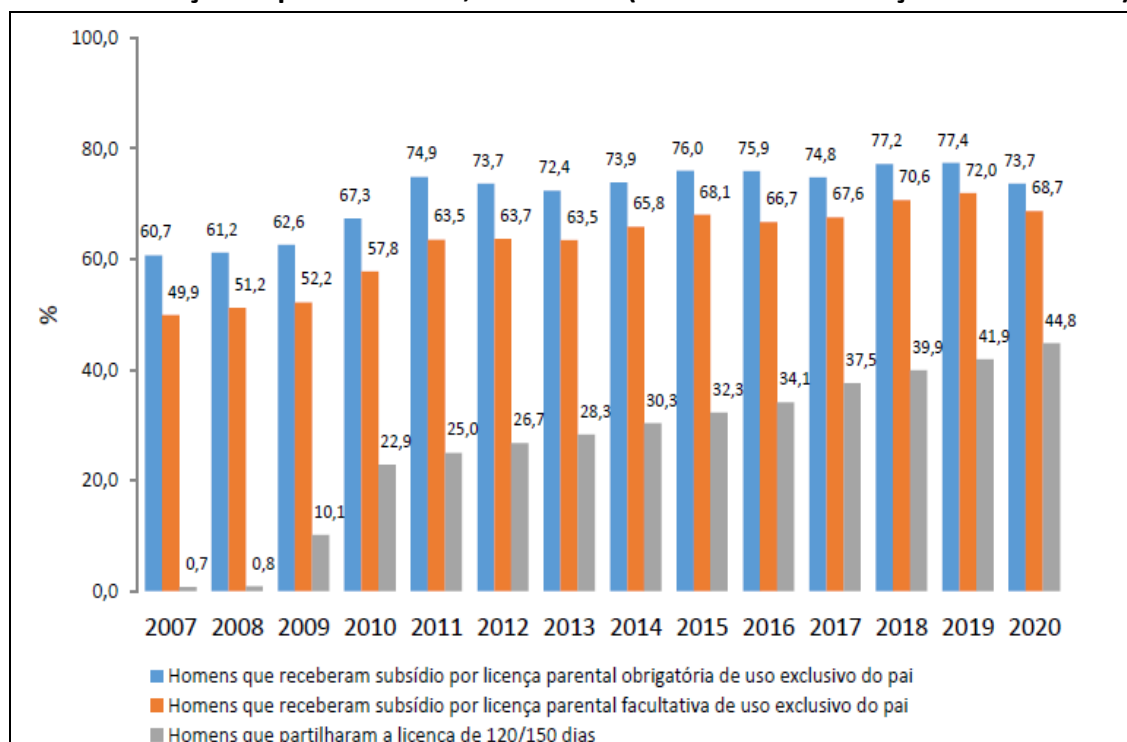
¹ Relatório sobre o Progresso da Igualdade entre Mulheres e Homens no Trabalho, no Emprego e na Formação Profissional – 2020, CITE

Uso das licenças de parentalidade (2009-2020)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Crianças nascidas	99 491	101 381	96 856	89 841	82 787	82 367	85 500	87 126	86 154	87 020	86 579	84 296
Homens que receberam subsídio por licença parental obrigatória de uso exclusivo do pai	53 278	58 069	61 578	56 289	51 547	50 283	55 445	58 638	56 704	60 275	62 917	60 777
(5 dias até abril de 2009 e 10 dias desde maio de 2009)												
(% no total de crianças nascidas)	53,6%	57,3%	63,6%	62,7%	62,3%	61,0%	64,8%	67,3%	65,8%	69,3%	72,7%	72,1%
(% no total de licenças das mulheres)	62,6%	67,3%	74,9%	73,7%	72,4%	73,9%	76,0%	75,9%	74,8%	77,2%	77,4%	73,7%
Homens que receberam subsídio por licença parental facultativa de uso exclusivo do pai	44 447	49 823	52 254	48 661	45 165	44 799	49 672	51 528	51 269	55 168	58 548	56 689
(15 dias até abril de 2009 e 10 dias desde maio de 2009)												
(% no total de crianças nascidas)	44,7%	49,1%	54,0%	54,2%	54,6%	54,4%	58,1%	59,1%	59,5%	63,4%	67,6%	67,2%
(% no total de licenças das mulheres)	52,2%	57,8%	63,5%	63,7%	63,5%	65,8%	68,1%	66,7%	67,6%	70,6%	72,0%	68,7%
Homens que partilharam a licença de 120/150 dias	8 593	19 711	20 525	20 430	20 128	20 623	23 542	26 329	28 466	31 168	34 036	36 923
(% no total de crianças nascidas)	8,6%	19,4%	21,2%	22,7%	24,3%	25,0%	27,5%	30,2%	33,0%	35,8%	39,3%	43,8%
(% no total de licenças das mulheres)	10,1%	22,9%	25,0%	26,7%	28,3%	30,3%	32,3%	34,1%	37,5%	39,9%	41,9%	44,8%
Mulheres que receberam subsídio por licença de 120/150 dias	85 085	86 242	82 226	76 409	71 175	68 056	72 991	77 228	75 845	78 091	81 308	82 506
(% no total de crianças nascidas)	85,5%	85,1%	84,9%	85,0%	86,0%	82,6%	85,4%	88,6%	88,0%	89,7%	93,9%	97,9%
Homens que receberam subsídio social de paternidade/subsídio social parental	3 945	7 100	6 601	6 869	6 639	6 333	6 567	6 253	5 670	5 409	4 838	3 291
(% no total de crianças nascidas)	4,0%	7,0%	6,8%	7,6%	8,0%	7,7%	7,7%	7,2%	6,6%	6,2%	5,6%	3,9%
(% no total de licenças das mulheres que beneficiaram de subsídio social de maternidade)	17,9%	33,3%	35,3%	37,3%	37,8%	37,3%	38,7%	37,7%	37,4%	38,8%	37,3%	32,5%
Mulheres que receberam subsídio social de maternidade/subsídio social parental	22 094	2 300	18 687	18 435	17 551	16 981	16 981	16 571	15 154	13 934	12 968	10 114
(% no total de crianças nascidas)	22,2%	21,0%	19,3%	20,5%	21,2%	20,6%	19,9%	19,0%	17,6%	16,0%	15,0%	12,0%

Fonte: MTSSS, Instituto de Informática e INE, Estatísticas Demográficas; Cálculos GEP

Uso das licenças de parentalidade, 2007-2020 (% no total das licenças das mulheres)



Fonte: MTSSS, Instituto de Informática e INE, Estatísticas Demográficas; Cálculos GEP

Março.2022